



PLANO DE MANEJO PARQUE ESTADUAL DE ÁGUAS QUENTES

Introdução



IDENTIFICAÇÃO

Governador do Estado de Mato Grosso

Silval da Cunha Barbosa

Secretário de Estado do Meio Ambiente

José Esteves de Lacerda Filho

Secretário Adjunto de Mudanças Climáticas

Wilson Gambogi Pinheiro Taques

Superintendente de Biodiversidade

Ebenézer Borges Costa e Silva

Coordenador de Unidades de Conservação

Alexandre Milaré Batistella

SEMA/Coordenadoria de Unidades de Conservação

Coordenação Geral

Alexandre Milaré Batistella

Equipe Técnica Participante

Elder Monteiro Antunes – Analista de Meio Ambiente

Eliani Fachim – Analista de Meio Ambiente

Eliani Mezzalira Pena – Analista de Meio Ambiente

Kátia Moser Borge de Oliveira – Analista de Meio Ambiente

Rosana Maria Viegas – Analista de Meio Ambiente

Paula Marye de Andrade - Analista de Meio Ambiente

Vera Lucia Noriko Kuroyanagi – Analista de Meio Ambiente

Jussara Souza Oliveira - Analista de Meio Ambiente

Marcelo Luiz Perini Tarachuk - Analista de Meio Ambiente

Instituição Executora

Ecossistema Consultoria Ambiental Ltda.

Rua Dionízio Baglioli, 111

Curitiba – PR, CEP 81.510-540

Fone: (041) 3296-2638

E-mail: ecossistema.bio@terra.com.br

Coordenação Geral

Bióloga Dra. Gisele Cristina Sessegolo – CRBio 8.060-07/D

Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) nº 07-0732/11

Subcoordenação

Gestora Ambiental Marília Thiara Rodrigues Basniak

Eng. Florestal Verônica Theulen

Equipe Técnica**Meio Físico e Geoprocessamento**

Geógrafo Luis Fernando Silva da Rocha – CREA 105.590/D

Geólogo José Eduardo Gheno Becker – CREA 114.578/D

Meio Biótico*Flora*

Bióloga Susana Dreveck - CRBio 63.372-03

Avifauna

Biólogo MSc. Celso Seger – CRBio 9.806-07

Mastofauna

Bióloga MSc. Tatiana Pineda Portella - CRBio 66.905-07D

Herpetofauna

Biólogo Samuel Duleba – CRBio 34.623-03

Ictiofauna

Biólogo Dr. Vinícius Abilhoa - CRBio 9.978-07D

Meio Socioeconômico

Socióloga Dra. Sigrid de Mendonça Andersen

Economista Ciro André de Moraes – CORECON 6.399-1

Turismólogo Dr. Mauro José Ferreira Cury

Equipe de Apoio

Bióloga MSc. Ana Paula Nahirny

Levantamento de campo

Biólogo Igor Kintopp Ribeiro

Geógrafo Darci P. Zakrzewski

Edição e Revisão

Bióloga Giselle Alves

Graduanda em Biologia Amanda Louize Andrade

Graduanda em Biologia Mariana Melo Gogola

SIGLAS

| | |
|--------|---|
| CDB | Convenção de Diversidade Biológica |
| ha | Hectares |
| ICMBio | Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade |
| km | Quilômetros |
| MT | Mato Grosso |
| PEAQ | Parque Estadual de Águas Quentes |
| PNMA | Política Nacional de Meio Ambiente |
| PM | Plano de Manejo |
| SEMA | Secretaria do Meio Ambiente |
| SEPLAN | Secretaria de Estado e Planejamento |
| SNUC | Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza |
| UC | Unidade de Conservação |
| ZA | Zoneamento Ambiental |
| ZEE | Zoneamento Ecológico-Econômico |
| ZSEE | Zoneamento Socioeconômico Ecológico |

SUMÁRIO

| | |
|--|---|
| 1. FICHA TÉCNICA DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO | 5 |
| 2. INTRODUÇÃO..... | 6 |
| REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 8 |

1. FICHA TÉCNICA DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

| FICHA TÉCNICA | |
|---|--|
| Nome da Unidade de Conservação | Parque Estadual de Águas Quentes |
| Unidade Gestora Responsável (UGR) | Secretaria de Estado do Meio Ambiental – SEMA –MT Coordenadoria de Unidades de Conservação - CUCO |
| Endereço | Rua C, esquina com a Rua F, s/nº Centro Político Administrativo Palácio Paiaguás CEP 78050-970 |
| Telefone | (65) 3613 7224 |
| Fax | (65) 3613 7252 |
| E-mail Unidade de Conservação | cuco@sema.mt.gov.br |
| Superfície (ha) | 1.487 ha |
| Municípios | Santo Antônio do Leverger - MT |
| Estado que abrange | Mato Grosso |
| Coordenadas Geográficas | 15°52'30.84"S e 55°29'29.41"O, |
| Número do Decreto e data de Criação | Decreto nº. 1.240 de 13 de janeiro de 1.978 |
| Marcos Importantes (limites em UTM) | Localiza-se próximo a BR 364 |
| Bioma | Cerrado |
| Unidades de Conservação e Áreas de Manejo Especial em sua Área de Influência | - |
| Atividades Desenvolvidas | - |
| Fiscalização | Sim |
| Pesquisa Científica | - |
| Monitoramento | - |
| Atividades Conflitantes | Sim |
| Uso Público | Sim |

2. INTRODUÇÃO

A Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA), criada pela Lei nº. 6.938, de 31 de agosto de 1981, possui o objetivo de tratar do maior dilema ambiental do planeta: “compatibilizar desenvolvimento econômico-social com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico”. É claro que uma lei não tem o poder de encontrar as soluções para este problema, mas pode indicar caminhos e fundamentar discussões sobre quais são as questões mais importantes e as ferramentas disponíveis para alcançar o mínimo de equilíbrio ambiental.

A conservação da natureza se justifica, tanto por questões de qualidade de vida das populações humanas, quanto por questões éticas e morais que consideram o valor intrínseco da natureza. Lei nº. 9.985, de 18 de julho de 2000, do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), objetivando a conservação ambiental, como resposta à crescente demanda da sociedade pelas questões ambientais, à situação precária em que se encontram muitas unidades de conservação e à falta de uma gestão sistêmica destas. A lei ainda define uma compensação financeira destinada às Unidades de Conservação (UCs) em contrapartida de empreendimentos considerados de significativo impacto ao meio ambiente.

Dentre as UCs criadas, a categoria Parque tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico. Esta categoria possui posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei (BRASIL, 2000).

A Lei nº. 9.985, ainda regulamenta que as UCs devem dispor de um Plano de Manejo (PM). Este deve abranger a área da UC, sua zona de amortecimento e os corredores ecológicos, incluindo medidas com o fim de promover sua integração à vida econômica e social das comunidades vizinhas (BRASIL, 2000).

As atividades desenvolvidas nas regiões de proximidade a UC podem atingir direta ou indiretamente a área de estudo, portanto é necessário o desenvolvimento de um Zoneamento Ambiental (ZA). De acordo com Floriano (2004), o Zoneamento Ambiental consiste no planejamento da ocupação espacial de forma ordenada e de acordo com suas características e potencialidades. Para os parâmetros legais o zoneamento é a definição de setores ou zonas em uma UC com objetivos de manejo e normas específicos, para propiciar os meios e as condições para que todos os objetivos da unidade possam ser alcançados de forma harmônica e eficaz (BRASIL, 2000).

A metodologia empregada para o desenvolvimento do PM do Parque Estadual de Águas Quentes (PEAQ) envolve as descritas no Roteiro Metodológico proposto pelo IBAMA (2002), onde são descritos critérios para o desenvolvimento do Plano. No Roteiro é apresentado o passo a passo para o desenvolvimento das fases de campo (coleta de dados das diferentes temáticas envolvidas e Oficinas Participativas) e na produção do documento escrito. Além deste material do IBAMA foi utilizado o Termo de Referência, documento constituinte da licitação onde estão estruturadas as atividades requeridas pela contratada.

No intuito de salvaguardar o patrimônio natural e áreas de elevada significância cultural, paisagística e recreacionista as Unidades de Conservação (UC) segundo a Convenção da Diversidade Biológica (CDB, 1992), constituem-se a melhor estratégia

de conservação *in situ*. Nessas áreas, os aspectos sócios culturais, a fauna, a flora, a geodiversidade como os processos ecológicos que regem os ecossistemas, proporcionam ferramentas para a inserção humana e o aprendizado científico e educacional.

Neste contexto os parques (nacionais, estaduais e municipais) inseridos no grupo de proteção integral, possuem como objetivo a conservação da natureza, sendo admitido o uso indireto dos recursos naturais, o que inclui pesquisas científicas, atividades de educação e interpretação ambiental, recreação e turismo ecológico, desenvolvidas de acordo com as normas estabelecidas em PM (BRASIL, 2000).

O Parque Estadual de Águas Quentes, criado através do Decreto Estadual nº. 1.240, de 13 de janeiro de 1978, está inserido no município de Santo Antônio do Leverger no Estado de Mato Grosso (MT) entre as coordenadas geográficas 15°52'30.84"S e 55°29'29.41"O. Possui área total de 1.487,00 ha, o PEAQ foi a primeira Unidade de Conservação criada pelo estado com intuito de preservar suas nascentes e córregos de águas termais.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei nº. 6.938, de 31 de agosto de 1981. Com fundamento no art. 8º, item XVII, alíneas c, h e i, da **Constituição Federal**, estabelece a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, constitui o Sistema Nacional do Meio Ambiente, cria o Conselho Nacional do Meio Ambiente e institui o Cadastro Técnico Federal de Atividades e instrumentos de Defesa Ambiental. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 02 set. 1981.

_____. Lei nº. 9.985, de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de conservação e de outras providências. Regulamenta o artigo 225, § 1º, incisos I, II, III e VII. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 19 jul. 2000.

CDB. Convention on Biological Diversity. 1992. **Preamble to the Convention on Biological Diversity**. Disponível em: <www.biodiv.org/convention/article.asp>. Acesso em: 15/4/2009.

FLORIANO, E. Planejamento **Ambiental**. **Associação de Pesquisa, Educação e Proteção Ambiental do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul**. Santa Rosa, nº. 6, 2004, p. 54, Caderno Didático.

SECRETARIA DE ESTADO E PLANEJAMENTO - SEPLAN. Disponível em: <<http://www.seplan.mt.gov.br/html/>>. Acesso em: 13/10/2011.